

## OS VINTE ANOS DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA. ENTREVISTA COM CLÁUDIO TORRES

por

**Henrique Gomes de Araújo**

Ao longo de quase um dia de visita ao Campo Arqueológico de Mértola, tive a oportunidade de entrar em contacto com marcas de uma obra de 20 anos. Primeiro, a Sede do Campo, os três níveis de escavações da Alcáçova do Castelo, o Núcleo Tardo-Romano ou Paleo-Cristão, o Islâmico. Depois, o Núcleo Lapidar da Torre de Menagem do Castelo, a exposição temporária de cerâmica islâmica, o Museu da Arte Sacra, o Museu Romano, o Núcleo de Tecelagem e a Ermida de S. Sebastião. Não sei se vi tudo, mas vi com certeza o mais importante\*. No entanto, entre o momento em que esta entrevista foi feita – meados de 2001 – e o momento em que é entregue para publicação, outras coisas aconteceram. O texto da entrevista foi, por conseguinte, actualizado em alguns aspectos pelo próprio entrevistado.

**Henrique Gomes de Araújo** – Ora, hoje, que balanço é possível fazer desta obra?

**Cláudio Torres** – Sim, há já um balanço possível. A inauguração do Museu Islâmico, em finais de 2001, foi a nossa última obra e é um dos elementos-chave que ainda faltavam. É como a pedra-chave de uma abóbada e o cruzamento, digamos, de uma série de actividades. No princípio, a viragem aconteceu quando sonhámos que estando no interior do país, sem apoios, sem contactos, sem uma estrutura montada, tínhamos de fazer melhor do que se continuássemos nas zonas centrais, nas zonas urbanas, nas zonas universitárias. Assim, o nosso projecto esteve sempre apontado, precisamente, para a investigação científica de qualidade. Por outro lado, como os órgãos de poder locais estavam, de uma certa forma,

---

\* Não quero aqui deixar de agradecer aos meus anfitriões desta visita, a dra. Susana Gomez e o dr. Virgílio Lopes.

a apoiar, a dar toda a força a esta iniciativa, mereciam ter uma contrapartida. Isso levou-nos, desde muito cedo, a justificar e explicar localmente aquilo que estávamos a fazer, e esse explicar localmente implicava uma acção pedagógica local. Portanto, além da investigação científica – que tem, obviamente a sua linguagem própria, impressa numa revista da especialidade e em publicações diversas – havia que mostrar o nosso trabalho ao público, de uma forma didáctica e clara. Daí a necessidade de construir, ou ir construindo à medida que íamos recolhendo materiais, uma série de Museus de Sítio. Nos primeiros anos, por exemplo, nunca tínhamos pensado em fazer um museu Romano, a seguir um outro Paleo-Cristão, etc, mas as coisas foram sendo feitas por arrastamento: primeiro a descoberta, depois uma intervenção arqueológica, os objectos exumados, e é a partir daí que se decide o que fazer e como fazer. Assim fomos architectando uma filosofia de intervenção. Em vários locais, no sítio do achado, sobre o próprio monumento e para o valorizar, deixámos ficar o testemunho, a exposição, o pequeno museu. A pouco e pouco, fomos arrastados para uma dinâmica imparável que, apesar do seu carácter aliciante e inovador, nos tem vindo a dificultar a vida: a dispersão dos núcleos museográficos exige um cada vez mais complexo aparelho de gestão. Mas por outro lado, essa dinâmica de reenquadramento urbano, tem sido inovadora e fundamental para o próprio desenvolvimento sustentado que defendemos. Quer dizer, para um pequeno povoado desviado das grandes rotas e apenas vocacionado para um nunca massificador turismo cultural, há que encontrar um outro tempo de permanência para o visitante. Ao ser motivado a visitar os oito, nove ou dez núcleos, ele fica mais tempo, pode almoçar, ou jantar e até dormir. Por outro lado, este aumento de permanência, que tem a ver quase sempre com um turista culturalmente interessado, passa também pela requalificação de outras componentes directamente relacionadas com os interesses dos habitantes. Tem de ser incentivada a criação de bons restaurantes e confortáveis alojamentos que respondam a uma estadia mais prolongada e portanto mais exigente.

**H. G. A.** – É interessante que o que me impressionou nesta obra, foi o facto de os meus guias serem dois arqueólogos oriundos de outras regiões, que levaram a sua implicação do trabalho no campo arqueológico ao ponto de fazerem uma opção de vida.

**C. T.** – Somos muitos agora, somos cerca de 30 pessoas.

**H. G. A.** – Fantástico! E dessas 30, muitas delas são de fora da região.

**C. T.** – Cerca de 15. 15 ou mais, já vieram de fora e aqui se fixaram de forma definitiva.

**H. G. A.** – São percursos de vidas que se entrecruzam com a história local.

**C. T.** – Há sempre novas pessoas que vêm.

**H. G. A.** – Isso parece-me uma dimensão da obra, porque há a obra que está expressa nestes museus de sítio, que está na museografia, mas há outra dimensão de carácter antropológico, mais humana, digamos assim.

**C. T.** – É curioso que, desde o início, este nosso projecto já tinha, de certa forma, essa valência incluída. Porquê? Pelo simples facto da nossa intervenção arqueológica ter sido direccionada para o período medieval, época em que, quase sempre, ainda são fortes as interferências com o mundo contemporâneo. Quando se faz arqueologia pré-histórica, por exemplo, o tempo de intervenção limita-se habitualmente a campanhas curtas de verão em locais afastados do povoamento actual. A recolha de informação através de artefactos tão escassos e rudimentares, obriga a um trabalho de minúcia que, aos olhos de um leigo, surge como extremamente cansativo e pouco motivador. Um conjunto de pedras queimadas pelo fogo, algumas esquirolas ósseas e instrumentos líticos, são suficientes para determinar o nível de ocupação e dar uma informação mínima sobre aquilo que se pretende, sendo naturalmente muito complexa ou mesmo impossível a sua musealização “in situ”.

Na arqueologia romana há muito que, de uma forma geral, já são conhecidas as tipologias arquitectónicas dos edifícios públicos e mesmo das casas de habitação e, portanto, são rapidamente atribuíveis a cada compartimento as funções de pátio, *peristilo* ou lagar de azeite. Mesmo na interpretação dos elementos decorativos da gramática clássica, já não há hoje grandes mistérios.

Ora bem, quando escavamos os níveis medievais, nada é assim: é um mundo ainda mal conhecido e bastante mais complexo do ponto de vista social. Ou seja: ao fazer uma intervenção num aglomerado medieval, chegamos a um muro ou a um pavimento e ninguém pode prever com segurança a que espaço ou sistema urbano pertence. Esta ignorância obrigou-nos desde o início a programar sistematicamente as intervenções arqueológicas numa escavação em área. Ou seja, temos de abrir superfícies muito maiores para começar a perceber qualquer coisa. Um simples pavimento de ladrilho pode ser de uma cozinha, de uma alcova, ou até de um pátio. Uma calçada tanto pode ser o solo de um estábulo, como de uma rua. Depois de percebermos a orgânica da casa, falta o quarteirão, a zona da cidade ou do povoado. ou seja: a complexidade e as interrogações vão crescendo à medida que vamos alargando a escavação. É por isso que uma das nossas constatações – e quando já estão exumadas mais de 15 casas do bairro islâmico de Mértola –, é o facto de continuarmos sem ter uma ideia global do bairro e a ter cada vez mais

dúvidas. É por isso que desde o princípio fomos obrigados a optar por um sistema de escavações diferente, não se podia fazer só uma campanha de verão. Fizemo-la durante os 3 ou 4 anos iniciais – 1978, 79, 80, 81 – mas não chegávamos sequer a perceber aquilo que tínhamos feito nessa campanha, era demasiado pouco tempo. Desde então fomos obrigados a optar por uma operação de permanência com a presença constante, durante todo o ano, de uma equipa de 6 ou 7 dos meus alunos que, inevitavelmente para alguns, se transformou em opção de vida.

**H. G. A.** – Nos anos 80?

**C. T.** – Foi em 84 – 85 que o primeiro grupo se fixou. Alguns casaram-se com pessoas da terra, vieram dar aulas, fizeram todos os esforços de preparação psicológica, porque havia qualquer coisa de comum que os unia e isso era, com certeza, fundamental: não era só a ciência pura. Havia um projecto político que, em minha opinião, foi o elemento aglutinador. Todos estávamos unidos num projecto de intervenção no território. Atravessávamos então um período conturbado da história do Alentejo, em finais da reforma agrária. Dentro das universidades fervilhavam ainda os grandes discursos teóricos da juventude e o esforço de os levar à prática. De certa forma, entre nós, aqui em Portugal, para toda esta geração, o 25 de Abril foi uma réplica inovadora do Maio de 68. Essa geração, nos anos 80, estava madura para se lançar em aventuras deste género. Portanto é por isso que as coisas assim aconteceram, e não foi só em Mértola. Encontramos em todos os cantos do país, pequenos núcleos, algumas pessoas aqui e ali, remando contra a maré, que continuam ainda a tentar intervir, que dinamizam associações e organizam projectos culturais. Foi a geração do 25 de Abril.

Por outro lado e complementarmente, o nosso projecto de Mértola teria sido impensável sem uma cumplicidade muito estreita com a autarquia. Aliás a própria ossatura e dinâmica da nossa associação, nunca deixou de cimentar uma ligação operativa com o novo poder autárquico saído das convulsões revolucionárias.

Nestes territórios do interior abandonados por uma população em fuga para o litoral ou para outros países, o despovoamento é também de cérebros, de massa cinzenta. Os primeiros a partir, a lançar-se na aventura de fugir à miséria e ao abandono, são sempre os mais jovens e sonhadores, os mais criativos e aguerridos. Portanto, as dificuldades por que passam actualmente os nossos territórios do interior são também provocadas pela falta de iniciativas de gente que aposte, que queira ficar e que arrisque mais um esforço de persistência. Entre a nossa equipa, alguns dos jovens que há anos começaram a trabalhar connosco, são hoje técnicos qualificados estando em vias também de concluir carreiras académicas. Este exemplo está agora, de certa forma, a arrastar outra gente, jovens de outras gerações que, pela primeira vez, se colocam a si próprios a hipótese de não partir. Por outro

lado, para os cidadãos, cujos pais foram muitas vezes, eles também, expulsos do mundo rural, estes programas de desenvolvimento sustentado começam também a ser aliantes, não só pela sua capacidade de oferecer formas de sobrevivência, como sobretudo pela oportunidade de cada um poder ver concretizado o seu projecto de vida, o seu projecto de afirmação pessoal, integrado num percurso colectivo.

**H. G. A.** – É justamente em regiões raianas subdesenvolvidas como a de Mértola, que o desenvolvimento é uma premência que não observamos noutros locais. Em que medida é que esta obra de defesa dos vários patrimónios que o Campo Arqueológico tem levado a cabo nestes 20 anos, tem contribuído para o desenvolvimento local? Falas-me de turismo...

**C. T.** – Como todos sabemos, as zonas mais urbanizadas do Litoral têm sido vítimas de uma maior destruição do património ambiental, paisagístico e mesmo cultural. Ao contrário, é no interior rural, nas zonas mais abandonadas, nas zonas que não tiveram ou não sofreram os inconvenientes da revolução industrial, que melhor tem sobrevivido o nosso património cultural, onde de facto se encontram as nossas melhores referências identificadoras com as marcas do passado, com um território profundamente humanizado. Nestas zonas, a nossa riqueza advém, paradoxalmente, de um longo atraso e abandono social. À medida que vamos poluindo e destruindo a qualidade de vida nos espaços litorais e nas cidades, este afastamento dos modelos urbanos começa a representar uma mais valia para outras formas de desenvolvimento sustentado. Temos o caso exemplar de uma cidade como Lisboa que foi, e de certa forma ainda é, uma das mais belas cidades europeias, na sua volumetria arquitectónica e paisagística, que infelizmente, estamos a tornar inabitável. É realmente imperdoável para a nossa geração continuar a permitir a destruição de Lisboa e dos seus arredores. Além de constantes violações na função habitacional, na escala e na descontrolada concentração humana, o avanço do cimento já destruiu a maior parte da envolvente agrícola, que, precisamente, foi uma das suas razões de ser e lhe deu fama e importância.

À medida que Lisboa – e as outras cidades – vai perdendo estes espaços verdes, aquela envolvente histórica de hortas e pomares que até há poucas dezenas de anos dera qualidade excepcional à vida urbana, os seus habitantes começam a pensar noutros espaços, a sonhar com o mundo rural transformado em paraíso perdido. E de certa forma, seguindo um processo semelhante a algumas outras megalópolis europeias, parece ter sido iniciado entre nós um movimento em que o cidadão mais jovem procura fugir para zonas mais limpas de poluição onde são ainda dominantes escalas e modos de vida mais humanos. Estamos convencidos, e isso hoje parece ser indesmentível, que esta ameaça de fuga para

o interior não é uma moda, é um processo que tende a crescer. Para já ainda é claramente maioritário o movimento pendular das férias e fins de semana, com ou sem casa secundária. A médio termo, cada vez se tornará mais exigente a necessidade de criar condições técnicas, científicas, e sociológicas para que a fixação no interior se torne definitiva. Depois dos acessos mais rápidos, vai crescendo uma certa capacidade de tele-trabalho e começa a haver formas modernas de acção e de intervenção não localizadas apenas nos tradicionais centros urbanos. A velha fábrica oitocentista está a desaparecer enquanto foco concentracionário, substituída por uma inovadora dispersão de tecnologias. É um fenómeno geral do mundo moderno, que, de forma inevitável, não só vai aproximar e valorizar os locais de mais qualificada habitabilidade, como pode desempenhar um importante papel na descentralização litoral e urbana.

O turismo, sem ser a panaceia, é também neste momento, uma das chaves para a possível sustentabilidade do interior deprimido. E no entanto, não o podemos esquecer, o turismo tem sempre duas faces que embora complementares, podem conter insanável contradição. Por exemplo, a instalação apressada de uma grande unidade hoteleira num pequeno povoado de mil e quinhentos habitantes como Mértola, traria, a meu vêr, mais desvantagens do que benefícios. Porquê? Primeiro porque, para um investimento desta envergadura, seria necessária a intromissão de uma cadeia de hotéis que, naturalmente desviaria as mais valias para outras paragens. Localmente apenas ficaria uma pequena porção dos lucros sob a forma de salários ao pessoal menor recrutado na terra. Para os autóctones, para os possíveis empregados, restavam os pequenos serviços de cama e restaurante, apenas o trabalho desqualificado e de certa forma degradante da gorjeta. Sem outras contrapartidas fortemente negociadas, não deve ser este o caminho a ser trilhado. Pavimentar as ruas, alindar as fachadas e florir canteiros, é certamente positivo, mas não será suficiente se o habitante, condenado à subserviência, apenas for chamado para todo o serviço, sem beneficiar directamente das previsíveis vantagens económicas.

Antes de abrir a este tipo de grande investimento hoteleiro, inevitável a médio-longo prazo, tem de ser preparado o terreno para evitar os perigos antes apontados de exclusivo aproveitamento da desqualificação profissional. Em vez de apenas tentar impedir, temos que anteceder este turismo massificador ou de luxo, tentando preparar o terreno para superar e mesmo inverter as incapacidades e sobretudo um certo complexo de inferioridade. Para atingir esse objectivo, sempre prosseguido pelo nosso projecto, não é suficiente a simples promessa de melhor nível de vida, se este não fôr acompanhado por uma dignificação das pessoas. Esta auto-estima, que no caso de Mértola começa a ser notória, advém sobretudo da consciência de que a sua terra, além de possuir uma enorme riqueza monumental e histórica, é também alvo da maior admiração por parte dos visitan-

tes. Esta é a nosso vê a maior valência trazida pelo turismo cultural que, antes de mais, procura os museus e monumentos, os conjuntos e sítios únicos, as mais belas paisagens e também uma população mais simpática e mais digna do que servil.

É por isso que, em nossa opinião, a actual pressão hoteleira cada vez mais impaciente depois da recente mudança de poder autárquico, não pode ser deixada ao descontrolo, devendo os responsáveis acautelar os necessários equilíbrios capazes de evitar um turismo de massas.

O que se pretende é escolher e defender um turismo de qualidade. Não nos interessam aqueles que se deslocam apenas porque são ricos, e sim aqueles outros que olham sabendo olhar. Aqueles que vindo uma vez, voltam mais tarde para ver melhor ou saber das novidades, das novas descobertas. E é isso que, com mais ou menos êxito, temos conseguido.

O nosso clima mediterrânico de cariz continental, tem sido um bom aliado, evitando a sobrecarga de um turismo estival – habitualmente pouco interessado em qualquer outra coisa que não seja sol e praia. O viajante que pára em Mértola no Verão, é apenas para comprar uma garrafa de água, ou então é porque quer parar para conhecer algo de que já ouviu falar. Este turista é certamente uma pessoa mais informada que, em função do programa museográfico que já lhe é proposto, pode ficar mais tempo. Porém, além do preço do bilhete, das refeições e mesmo da dormida, ele vai deixar mais qualquer coisa que, do nosso ponto de vista é talvez a mais importante mais valia desta visita. O turista interessado e culto, no seu inevitável diálogo com os hospedeiros e demais habitantes, transmite outros saberes, conta outras histórias, deixa ficar outras riquezas até aí insuspeitas ou pouco valorizadas.

**H. G. A.** – Isso é muito interessante, porque eu estava a visitar aqueles lugares e os museus de sítio e estava a pensar realmente como é difícil avaliar a memória daquelas pessoas ao longo destes 20 anos. Mas também: como é que isso pode ser avaliado, como é que pode avaliar-se se a população se sente ou não hoje mais dignificada?

**C. T.** – É difícil, mas é possível.

**H. G. A.** – Se há alguns indícios, alguns indicadores que permitam...

**C. T.** – Alguns há, e acho que um dos mais significativos talvez, é aquele que mais se manifesta pela sua evidência: há menos de uma vintena de anos, Mértola era um povoadozinho insignificante, muito pobre, e afastado dos circuitos rodoviários e do qual os seus moradores não tinham motivos para ter muito

orgulho. Nessa altura era comum ouvir dizer ao imigrante nativo de Mértola que a sua terra de origem era Beja! Mértola era no fim do mundo e, de certa forma, o símbolo do atraso e da miséria.

Actualmente, ao contrário, ser de Mértola passou a ser não só positivo, como honroso. Toda a gente já ouviu falar da Vila Museu e nota-se uma ponta de orgulho ao referir a sua terra natal. Por outro lado são evidentes os benefícios económicos no comércio local. De um só restaurante inicialmente, os trinta mil visitantes que anualmente nos visitam, podem hoje escolher as suas refeições entre uma dúzia de casas especializadas. Parece que nos últimos anos, repentinamente, toda a gente percebeu que a arqueologia, os museus e o proprio casco histórico da vila atraíam inúmeros visitantes para comer, para comprar e mesmo para dormir. Tudo começou a mudar na forma de olhar a sua própria terra, na maneira de encarar o seu proprio futuro. Muitos jovens colocam pela primeira vez a hipótese de não partir em direcção a Lisboa ou ao Algarve. As pessoas começam a poder alugar os seus quartos, apostando sobretudo na recuperação das suas velhas casas que, afinal, são muito mais apreciadas pelos visitantes do que os modelos citadinos construídos nos arrabaldes para onde todos procuravam fugir.

**H. G. A.** – Mas as obras por custo...

**C. T.** – Desde há uma vintena de anos e na sequência de um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de então e a Escola de Arquitectura de Lisboa, que a maioria das casas da Vila Velha tem um projecto de recuperação. Por solicitação dos proprietários, cada projecto podia ser candidatado a financiamento de forma a tornar mais confortável o espaço da casa, assim como os compartimentos eventualmente destinados a alugar aos turistas. De uma forma ou de outra, a recuperação urbana continua a ser apoiada pelos organismos centrais e pela autarquia, embora, infelizmente, sem grande impacto financeiro.

**H. G. A.** – O proprietário faz as suas obras...

**C. T.** – e fica com uma habitação extremamente valorizada. Tem sido um programa, infelizmente, de aplicação morosa, pelo facto da maioria dos habitantes do casco antigo, além de não terem condições para qualquer participação financeira, são apenas locatários de habitações muito degradadas cujos senhorios há muito se desinteressaram ou estão embrenhados em complicados processos de herança. Fugindo a estes problemas urbanos e também aproveitando a crescente importância da caça turística, nas imediações da vila têm sido abertos ao público alguns montes adaptados ao turismo rural e que estão a preencher a crescente procura de alojamento.

Hoje consideramos muito positiva a evolução lenta, mas sólida, deste processo de desenvolvimento sustentado. Contudo, e em consequência da grande procura, nos últimos tempos começaram a surgir problemas sobretudo relacionados com a falta de quadros tecnicamente preparados, na pouca motivação do pequeno comércio local e no alheamento da juventude que, na sua maioria, continua a sonhar em partir para os grandes centros urbanos.

E foi aí que mais uma vez a equipa do Campo Arqueológico apostou forte naquilo que, à primeira vista, parecia ser mais uma aventura destinada ao fracasso. Para inverter o desinteresse instalado e para motivar os mais jovens no âmbito da sua formação escolar, criámos uma Escola Profissional, reconhecida oficialmente, e onde a formação incide na arqueologia, ambiente, técnicas tradicionais de construção e turismo. Esta escola já funciona há quase uma dezena de anos, continua com uma média de oitenta alunos e está hoje enquadrada na estrutura nacional escolar Bento de Jesus Caraça.

O seu impacto local advém do facto de ter sido capaz de atrair a juventude escolar para actividades inovadoras, capazes de abrir futuramente mais hipóteses de emprego. O êxito destes cursos técnicos depende sobretudo de uma formação assente na prática, sustentada em acções de intervenção directa no terreno: Levantamentos de património histórico-etnográfico, intervenções arqueológicas, restauro de monumentos, etc. Por exemplo, na cadeira de técnicas tradicionais de construção, grupos de estudantes estão agora a dedicar-se à recuperação de alguns monumentos e casas na Vila Velha. Reabilitaram já a Torre do Relógio, tendo reconstruído na sua totalidade, a capela rural de S. Barão, que, no ano passado, voltou a ser integrada ao culto.

**H. G. A.** – Com mestres locais.

**C. T.** – Além de professores qualificados pertencentes alguns deles às equipas do Campo Arqueológico e da Associação de Defesa do Património, tem sido muito importante a contribuição de mestres construtores. Têm sido estes velhos mestres a transmitir conhecimentos sobre técnicas em desuso, como a abobadagem, a taipa e o adobe. Tem sido através desta revalorização de antigos conhecimentos, ligados concretamente ao mundo camponês, que também vão sendo recuperadas outras formas de olhar e de sentir. Muitos dos jovens actuais, ensinados pela vida moderna a desprezar o que é antigo e a incluir nesse conceito pejorativo os próprios pais e avós, pelo simples facto de serem analfabetos, passam a olhá-los de outra forma, com mais respeito.

**H. G. A.** – É de esperar a fixação de...

**C. T.** – Ora bem, esta atenção pela cultura local, este interesse pelo património cultural que está a ser despertado entre estes jovens escolares, atinge também indirectamente as suas famílias e, de certa forma prepara a população local a aceitar uma nova postura de respeito e valorização do seu passado e tradições. É o que tem sucedido por exemplo, com a própria culinária que já é abordada de outra forma nos restaurantes locais. Depois de intensos levantamentos das formas e hábitos alimentares, depois de vários cursos de formação em gastronomia tradicional, seguidos por jovens e menos jovens, é já possível responder às crescentes solicitações do comércio local. Têm saído livros de culinária, que são o resultado de levantamentos efectuados por alunos. Foram feitos e publicados levantamentos das artes da pesca e técnicas de construção naval que motivaram a recuperação de alguns barcos tradicionais do Guadiana.

**H. G. A.** – Podemos dizer que há já fixação da população jovem local, ou é de esperar que isso ainda venha a acontecer com o tempo?

**C. T.** – Em todo o país e com aceleração no pós-25 de Abril, está em curso o abandono do mundo rural em favor das grandes cidades do litoral, sobretudo da Grande Lisboa. Porém, devido também ao desemprego e à concorrência da imigração das ex-colónias e do Leste Europeu, na última década a deslocação dos desenraizados agrícolas começou a desviar-se para os pequenos e médios centros urbanos. Como outras vilas da região, Mértola cresceu à custa da morte de dezenas de pequenos povoados e montes antes dedicados à agro-pastorícia. A esta concentração não foi também alheia a instalação do polo escolar que aqui reúne todas as crianças e os jovens do ensino pré-universitário, oriundos do concelho. Mas apesar de tudo, a nossa vila, embora o seu casco e moldura humana sejam tipicamente urbanos, mantém uma escala de pequeno povoado com os seus pouco mais de mil e quinhentos habitantes.

**H. G. A.** – O que seria de esperar, se não fosse a vossa intervenção?

**C. T.** – É certo que Mértola tem vindo a beneficiar do seu passado histórico e da dinâmica do nosso projecto. O problema hoje é o que está a acontecer ao mundo rural, cujas aldeias continuam a esvaír-se, a perder toda a sua razão de ser económica e cultural. Os pastos, as searas e as hortas são abandonados. É certo que, numa primeira fase tem sido a vila a dar-lhes acolhimento. Porém é sempre um abrigo em final de vida a camponeses desenraizados.

Agora, em minha opinião, é necessário estancar este processo de despovoamento e de destruição de uma cultura e saberes seculares que definiram e justificaram a própria razão de ser destes territórios. Nesse sentido temos de despoletar

um esforço colectivo, para conseguir uma inversão de toda uma política agrária até agora aplicada com objectivos exclusivamente economicistas, sem respeitar ou sequer enunciar outros padrões culturais ou sociais. Aí a nossa intervenção pode ser apenas de denúncia, identificando e reforçando mecanismos identitários que, ao longo dos séculos, permitiram às comunidades de camponeses e de pastores sobreviver à indignidade da subserviência.

No que diz respeito propriamente à vila de Mértola, creio que além da sua função de centro do poder autárquico, atingiu a capacidade cultural de polo agregador regional. Tem conseguido fixar alguns dos seus jovens e agora é vital para a execução dos projectos culturais que se avizinham, a capacidade de chamar novos técnicos, de atrair mais massa cinzenta oriunda de outros locais e disposta a instalar-se.

Com esse objectivo e em colaboração com as outras instituições nacionais e internacionais, projectamos organizar um centro de formação altamente especializado em ciências históricas do Mediterrâneo que, estamos convencidos, poderá representar um passo significativo para concentrar localmente outras capacidades de desenvolvimento.

**H. G. A.** – A propósito do desenvolvimento local, é claro que surge a discussão entre o global e o local. Está na ordem do dia.

**C. T.** – A primeira “globalização”, dos nossos dias, bem visível, foi a Europa unificada. Consumada a integração, começámos naturalmente a perder vários poderes, alguns elementos de identidade, acompanhados por uma certa psicose de que o país ia ser engolido na voragem niveladora dos mais poderosos. Porém, em inesperada reacção – ou talvez nem tanto – foi perfeitamente sensível por todo o lado, por toda a Europa, sobretudo do Sul, um despertar, um reacender das identidades regionais, um evidente reforço do Local.

Mergulhando no passado, a nossa investigação histórico-arqueológica desta região tem proporcionado resultados interessantes sobre o equilíbrio de poderes, sobre as tensões sociais e políticas durante a chamada “Reconquista”, quando as estruturas comunitárias de poder são substituídas pelo novo sistema feudal. Hoje sabemos que a feudalização imposta às velhas sociedades mediterrâneas ou islâmicas, de tipo comunitário, é precisamente o momento de viragem em que é reintroduzida no Alentejo a grande propriedade, que já existira durante o Império Romano e que depois, perdurou até aos nossos dias. Desde essa altura, e sobretudo a partir de finais do século XV, começa a concentração do povoamento para facilitar o acesso à mão de obra, em simultâneo com a destruição da família alargada tradicional que é substituída gradativamente por uma outra família nuclear, mais fragil e dependente da vontade do senhor.

Na investigação arqueológica, estamos a tentar reconstituir a forma como foi organizada esta mutação da estrutura familiar, a maneira como funcionava o velho sistema fundiário mediterrânico antes da feudalização. As respostas a esta e a muitas outras perguntas, levanta mais dúvidas e interrogações sobre os limites antigos e actuais dos territórios, sobre os termos políticos dos municípios e também sobre o tipo de propriedade, sobre os modos de produção e sobretudo sobre as formas de reconhecimento e solidariedades no interior de cada comunidade agro-pastoril. Estas velhas comunidades, muito fortes aqui nestas terras agrestes e secas do sul alentejano, organizavam-se no interior de um espaço económico e cultural, com valências fortemente identitárias. Durante muitos anos, na peugada das raízes culturais destes territórios, procedemos a um levantamento da topografia religiosa da região, com demarcação das zonas de influência das capelas de peregrinação, dos locais sagrados e romarias. Temos vindo também a cartografar os caminhos velhos e as canadas longas e curtas da transumância.

Em época tardo-romana e islâmica, antes da intromissão feudal, o conhecimento dos sistemas de parentesco e solidariedades comunitárias, é decisivo para ainda hoje podermos perceber a topografia histórica de um território. Durante a época islâmica, quando se consolidam estas solidariedades de tradição mediterrânica, é o momento em que se estruturam os termos municipais que viabilizam economicamente as pequenas cidades e territórios autónomos.

**H. G. A.** – Há sim uma consonância, ou uma coerência, entre o projecto político de reforçar a identidade de Mértola hoje e a concentração urbana centrada no mundo islâmico.

**C. T.** – O civilização islâmica nestas regiões, longe das cidades onde, a partir sobretudo do século XI, se faz sentir com mais intensidade a influência dos novos hábitos religiosos e da língua franca da época, que é o árabe, representa, antes de tudo, um reforço da continuidade clássica mediterrânica, na sua forma tributária, e uma maior capacidade de resistir à feudalização da sociedade que já tinha sido iniciada durante o reino visigótico de Toledo.

A pouco e pouco, vamos conhecendo melhor estes territórios através também de uma análise estratigráfica dos solos, através dos restos alimentares, dos tipos e formas de cultivo, através dos sistemas de micro-regadio. São perguntas quase todas ainda sem resposta, mas que, pelo menos, já aprendemos a formular. Já conhecemos parcialmente a estrutura social agrária, os principais cultivos arbóreos e frutíferos. Sabemos, por exemplo, que a grande quantidade de grainhas de uva encontradas em sítios habitacionais do século XII de Mértola, não significa a existência nessa altura de grandes vinhas para a produção de vinho. Estas existem realmente nesta região, mas são posteriores ao século XVI. Na sociedade do

al-Ándalus era certamente produzido e consumido vinho, porém quase exclusivamente entre as classes superiores citadinas. Nestes ambientes camponeses, havia uma importante produção de uva de mesa, sobretudo para fabricar a uva-passa, obrigatória numa dieta alimentar onde o sabor agri-doce era dominante. É sintomático que na cozinha mediterrânica, a palavra árabe *acepipe*, significa precisamente uva-passa. Em todos os guisados de carneiro ou frango (*tagine*), no arroz e cus-cus, a uva-passa era e continua a ser condimento indispensável.

**H. G. A.** – E quando se visita o Campo Arqueológico nas suas várias realizações, fica-se com a impressão de que a investigação que o suporta, tem como destinatário próximo, a própria comunidade cuja memória é estudada. A investigação está próxima, está acessível. Os efeitos, os produtos da investigação estão em termos espaciais, físicos, ali. Isto é verdadeiro, ou essa impressão é apenas aparente?

**C. T.** – De muito cedo percebemos todos que, sem um apoio antropológico, sem um conhecimento geo-histórico, sem uma sistematização etno-arqueológica, era impossível abordar com seriedade a investigação em arqueologia medieval. Partindo do pressuposto, que consideramos irrefutável, de que a sempre repetida invasão árabe-berbere é um fenómeno pouco ou nada relevante no povoamento destas zonas do Ocidente Ibérico, e sobretudo no mundo rural, temos também de admitir uma forte continuidade populacional desde épocas bem anteriores à islamização. Afinal, em vez de invasores, estamos hoje a lidar com os descendentes das mesmas pessoas, com os mesmos espaços e formas de habitação, com as mesmas hortas e malhadas para o gado, com os mesmos saberes e cultura.

Sem esta forma de olhar, seria muito difícil perceber a funcionalidade de alguns espaços de habitação e sobretudo, a utilidade de inúmeros artefactos de um quotidiano em vias de extinção. Este diálogo constante com os habitantes, o querer saber onde e como se constrói, o perguntar como se usa, como se cozinha, foi fundamental para percebermos melhor os fenómenos sociais, algumas técnicas arcaicas e o próprio terreno que andávamos a pisar. Pudemos começar a responder com muito mais segurança às dúvidas que nos assaltavam, mantendo e desenvolvendo com as pessoas um contacto de proximidade e também de amizade.

Ao fim deste quarto de século de terreno, já muita informação teria desaparecido, se não fosse esta recolha cultural. Por outro lado, resta ainda muito a fazer, nomeadamente nos trabalhos agrícolas. Não temos tido capacidade e meios para nos dedicarmos mais seriamente a este mundo rural no momento em que dá mostras de maior fragilidade. Embora pontualmente encetado, falta quase tudo na recolha da memória oral, dos micro-dialectos, dos contos e romances, dos ritmos musicais, de uma forma geral, do imaginário popular de toda esta região. Já temos

algumas publicações dos levantamentos existentes, mas ainda falta muito.

Devido à equipa da Escola Profissional, tem sido feito um bom trabalho na recolha e aplicação das tecnologias tradicionais de construção. Como antes vimos, foram feitas em taipa várias obras experimentais de interesse público como a Casa Mortuária, as capelas da Sr.<sup>a</sup> do Amparo – S. Brissos, S. Sebastião e ultimamente, S. Barão. Porém a aplicação destes saberes – com enormes vantagens na climatização habitacional – tem chocado, infelizmente, com as posturas legais de tipologia e construção que impõem muitas vezes padrões técnicos e formais apenas aplicáveis aos modelos citadinos e ao betão armado.

**H. G. A.** – Regulamentos camarários?

**C. T.** – Camarários e gerais. Mesmo na pequena habitação, são obrigatórios pilares de cimento. As portas e janelas têm de ser de um certo tamanho... etc. É verdade que são cada vez mais insistentes os aconselhamentos à arquitectura tradicional, porém a rigidez das posturas mantem-se inalterável. Impõe-se com cada vez maior premência a regionalização, a localização de certos preceitos culturais que nunca devem ter um carácter genérico.

**H. G. A.** – A vossa investigação, como tu dizias no início da entrevista, tem objectivos de intervenção.

**C. T.** – Nunca houve da nossa parte a arquitectura prévia de um plano de intervenção rigorosamente estabelecido. Tínhamos uma investigação científica a fazer e tínhamos vários projectos culturais e políticos na cabeça. Havia sempre inevitável inter-acção de programas, de consequências e dinâmica imprevisíveis.

**H. G. A.** – A investigação aparece normalmente em centros ligados a universidades ou institutos, e aqui aparentemente não. Como interpretar esta aparente ausência da universidade e dos seus centros de investigação?

**C. T.** – Seria impensável arrancar hoje com um projecto deste género. Em 1978 apenas alguns anos tinham passado sobre a festa do 25 de Abril e tudo ainda era possível. Todas as instituições, e com elas a Universidade, tinham sido postas em causa e nessa altura ainda não tinham recuperado a sua autoridade institucional. E por outro lado, não podemos esquecer-lo, a minha presença e acção local, até meados dos anos oitenta, foi indirectamente avalizada pela própria Universidade à qual eu estava então vinculado.

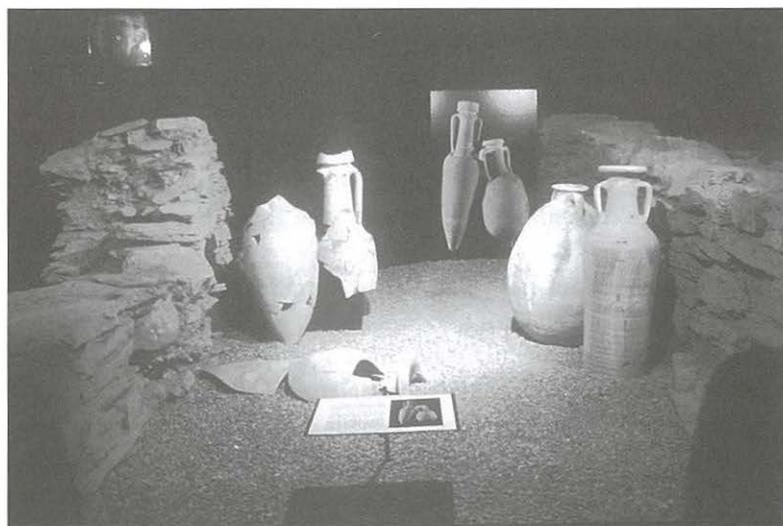
Esta iniciativa, foi de facto inovadora quando cortei com a universidade e convidei um grupo de jovens universitários para uma aventura. O Campo Arqueo-

lógico de Mértola foi lentamente afirmando a sua qualidade e o reconhecimento nacional, o que, de certa forma, nos permitiu recuperar um estatuto de prestígio equivalente à própria universidade. Neste momento temos em vigor, e com resultados positivos, vários acordos institucionais com algumas universidades e institutos universitários portugueses no Porto, Évora e Faro. Fora do país temos trabalhado em boa colaboração com as universidades de Lion e Toulouse na França, na Espanha com Murcia, Huelva, Sevilha e com a Complutense de Madrid. Em Marrocos mantemos contacto com a Universidade e com o Instituto de Arqueologia de Rabat. Na fase seguinte, quando acabar a reconstrução da chamada Casa Amarela, futura sede de um Instituto de Estudos Islâmicos e Mediterrânicos e for reorganizada a biblioteca e instalações doadas pelo prof. Mattoso, esperamos iniciar um programa formativo direccionado para cursos superiores especializados.

**H. G. A.** – Saibamos nós ver, nestes vinte anos do Campo Arqueológico de Mértola, uma caso exemplar de como o “tempo longo” de que falava Braudel, pode surpreender-nos hoje a criar futuro na vida de uma comunidade mediterrânica.



Escola Oficina de Tecelagem (CAM)



Núcleo Romano do Museu de Mértola (CAM)